

CERTIFICAÇÃO NA CAFEICULTURA BRASILEIRA: PANORAMA, POTENCIAL E LIMITAÇÕES

Cássio F. MOREIRA¹, E-mail: cfmoreir@cena.usp.br; Elisabete A. N. FERNANDES¹; Carlos E. F. VIAN²; Fábio S. TAGLIAFERRO¹; Bernardo SALVAIA¹

¹ Laboratório de Radioisótopos – CENA/USP, Piracicaba, SP; ² Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP, Piracicaba, SP

Resumo:

O mercado cada vez mais demanda produtos agrícolas certificados. Principalmente os países de primeiro mundo exigem em seus produtos informações sobre o processo produtivo e origem visando tanto sustentabilidade Sócio-Ambiental como qualidade intrínseca do produto. O consumidor quer saber como foi produzido seu alimento e produtos certificados de acordo com diferentes padrões estão cada vez mais presentes nas prateleiras de supermercados do mundo todo. Na cafeicultura isto se repete, talvez sendo o setor agrícola nacional mais evoluído quanto a certificação, muito a frente de outros produtos agrícolas. Diferentes padrões de certificação em café estão presentes na cafeicultura brasileira hoje, sendo os principais, Orgânico, Fair Trade (FT), Utz Kapeh (UK) e Rain Forest Alliance (RA). Entretanto cada um destes padrões cobre diferentes aspectos e os respectivos produtos finais chegam ao mercado carregado com características distintas. Importante é a caracterização de cada certificação bem como a exposição destas ao setor produtivo citando possíveis vantagens e desvantagens de cada uma de acordo com o perfil do produtor. Também é de vital importância expor aos consumidores as diferenças entre os padrões de certificação deixando este setor bem informado a fim de tomar sua decisão da forma clara e consciente.

Palavras-chave: certificação agrícola, sustentabilidade, café, mercado de café, qualidade de café, rastreabilidade.

BRAZILIAN COFFEE CERTIFICATION: OVERVIEW, POTENTIAL AND LIMITATIONS

Abstract:

Market for certified agriculture products increases everyday. Developed countries demand information of the production system and the origin of the product, concerning socio environmental sustainability and quality of the product. The consumer seeks to know how its food has been produced and certified products are daily more present at the shops and supermarkets world wide. In the coffee sector this also happens, and the brazilian coffee is perhaps the most national developed agriculture sector regarding certification. Distinct coffee certification standards are present at the brazilian coffee production, Organic, Fair Trade (FT), Utz Kapeh (UK) and Rain Forest Alliance (RA). However each of these standards considers distinct aspects of coffee production and its respective coffee are in the market carried with different characteristics. Characterization of each certification standard as well as showing these to the production sector is important so that we can set a connection among certification standard and coffee producer profile. Also very important is exposing to the consumers the differences among the certifications, letting this sector well informed to make decision in a clear and conscious way.

Key words: agriculture certification, sustainability, coffee, coffee market, coffee quality, traceability.

Introdução

O café é a segunda *commodity* mundial, somente atrás do petróleo, movimentando aproximadamente US\$ 70 bilhões/ano (Loureiro & Lotade, 2005; Cunha, 2006). O consumo de cafés especiais, como orgânicos, Fair trade, Utz Kapeh, e Rain Forest Alliance, está aumentando intensamente seguindo tendência de consumo de produtos responsáveis do ponto de vista Sócio-ambiental. De acordo com Ernesto Illy (2006), o consumo de cafés do tipo *commodity* cresce a taxas de 1,5% ao ano enquanto o de especiais a taxas de 12% ao ano. Os preços destes cafés no mercado nacional e internacional são mais atraentes para os produtores, como consequência da qualidade do produto, valorização de processos produtivos menos agressivos e menor oferta (Ricci & Neves, 2004; Cunha, 2006), gerando oportunidades de mercado para os cafeicultores dos países em desenvolvimento.

O Brasil é há muito tempo o maior produtor e exportador mundial de café com média de 38 milhões de sacas de 60kg produzidas e 26 milhões de sacas exportadas nos últimos 5 anos (CONAB, 2007; OIC, 2007). O Brasil sempre se posicionou no mercado de forma competitiva mais por volume e preço do que por qualidade. Entretanto nos últimos 10 anos o setor tem atuado fortemente, divulgando e comprovando a qualidade do café nacional o que ajudou a elevar o preço de nosso produto, aumentar nossas exportações e também aumentar o consumo interno (ANBA, 2007). A certificação é um instrumento que contribui neste sentido. As quatro principais certificações de café no Brasil são a Orgânica, Fair Trade/mercado justo (FT), Utz Kapeh (UK) e Rain Forest Alliance (RA).

Apesar de difícil acesso, os números mostram grande crescimento na comercialização de cafés certificados. O volume importado pela Europa de café FT em 2003 foi de 310.000 sacas de 60kg, 17% superior a 2002. Os Estados Unidos

importaram 140.000 sacas de 60kg de cafés FT em 2003, volume 92% superior ao de 2002 (Villalobos, 2004). O crescimento na importação de cafés orgânicos pelos Estados Unidos é impressionante, sendo que em 2005 a quantidade importada foi de 320.000 sacas de 60kg, um crescimento de 23,5% em relação a 2004 (Villalobos & Giovannucci, 2006). Importante considerar que aproximadamente 50% dos cafés FT são também certificados orgânicos. Não há referências ainda quanto aos volumes de exportação e importação de cafés UK e RA.

Dentre as certificações abordadas, a orgânica foi a primeira a ocorrer na cafeicultura brasileira. Há produtores exportando café orgânico certificado desde 1990. Esta caminhou durante longo tempo como uma das únicas opções de certificação (Pereira et al., 2006). Na recente crise do café, de 2000 a 2004, muitos produtores iniciaram a conversão de suas lavouras para o sistema orgânico na expectativa de vender seu café a preços até 200% superiores, conforme alguns produtores orgânicos conseguiram. Entretanto alguns destes produtores entraram neste sistema somente com objetivos comerciais e não por ideologia ecológica, desistindo deste sistema com a recuperação dos preços da *commodity* (Scaramuzzo, 2005). Por outro lado, um produtor de Machado, sul de Minas Gerais, trabalha desde 1990 com produção orgânica de café, sendo que seu objetivo principal é preservar a natureza e a qualidade de vida dos trabalhadores bem como eliminar os agrotóxicos. Atingir o exigente, remunerador e estável mercado japonês, foi uma conseqüência. O importador torra o café no Japão e vende o produto com o nome da fazenda e fotos das pessoas da fazenda, agregando valor a história da propriedade. Trata-se de uma relação onde os dois lados lucram havendo uma dependência bilateral, sendo que o produtor depende do torrefador para a colocação de seu produto e o torrefador depende do fornecedor para continuar seu negócio (Saes, 2004). Esta não é uma relação de mercado spot. Há um vínculo de longo prazo entre as partes baseado em confiança.

Dentre as quatro certificações abordadas, a segunda certificação a existir no Brasil foi a Fair Trade (FT), em português Mercado Justo ou Mercado Solidário. O conceito de FT existe desde o início dos anos 60 entre importadores da Europa e pequenos produtores de países em desenvolvimento que visavam comércio direto entre as partes, buscando melhores preços e ausência de atravessadores. O sistema de certificação FT, propriamente dito, surgiu em 1989 na Holanda sendo o café o primeiro produto certificado. A certificação FT foi lá chamada de “Max Havelaar” (Kilian et al., 2006). A organização FLO (Fair Trade Labelling Organizations), fundada em 1997, e é uma associação de vinte entidades que representam a certificação FT nos seus respectivos países (FLO, 2007). Um dos projetos pioneiros de café Fair Trade no Brasil situa-se na cidade de Poço Fundo, sul de Minas Gerais. Em 1997 a associação iniciou suas atividades visando certificação orgânica e Fair Trade e passou a exportar seu café com estas certificações em 2003. Em 2004 a associação virou Coopfam (Cooperativa dos agricultores familiares de Poço Fundo) para facilitar a comercialização. A Coopfam possui aproximadamente 200 produtores com áreas entre 0,5ha e 25ha e trabalha tanto com cafés convencionais, quanto orgânicos, ambos FT. Seu principal mercado é Estados Unidos, seguido de Inglaterra e outros países europeus (Saes & Miranda, 2007).

A certificação UK foi criada em 1997 por produtores de café da Guatemala juntos com uma torrefação holandesa. É uma certificação que visa a produção responsável de café e seus parâmetros incluem: manutenção de registros, uso minimizado e documentado de defensivos agrícolas, proteção de direitos trabalhistas e acesso à assistência e educação para os empregados e seus familiares (Utz Kapeh, 2007). Esta certificação busca o grande mercado consumidor (Villalobos, 2004)

A certificação RA, conhecida no Brasil como certificação Sócio-ambiental teve sua origem em 1998 através de uma coalizão de organizações não governamentais de oito países (Brasil, Honduras, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Equador, Colômbia e Estados Unidos). O objetivo desta é aliar conservação ambiental à produção de commodities agrícolas cultivadas nos países tropicais. Produtos como banana, cacau, flores, folhagens e frutas já se encontram certificados, mas o café é o que possui a maior área certificada bem como o maior crescimento (Gonçalves, 2006).

Material e Métodos

A metodologia para levantamento das informações foi desenvolvida a partir de consulta a artigos científicos de revistas internacionais, reportagens de jornais, sítios e revistas do setor de café e certificação agrícola bem como comunicação pessoal com personalidades de referência do setor cafeeiro nacional.

Resultados e Discussão

O acompanhamento das certificadoras as unidades de produção basicamente é realizado da mesma forma para os quatro padrões abordados. Constitui-se de um processo de auditoria onde uma empresa ou associação acreditada por normas nacionais e/ou internacionais acompanha o processo produtivo da unidade através de visitas periódicas bem como visitas surpresas (no caso de orgânico). Este processo monitora todos os insumos, técnicas de produção, produtividade, vendas, estoques, rastreabilidade além dos aspectos sociais e ambientais (CIO, 1997; Harada, 2001).

A certificação orgânica exige que não seja aplicada nenhuma forma de agrotóxico nem de adubos químicos solúveis. Também é recomendado o aumento da diversidade vegetal nos plantios e a maior independência de insumos externos. O preenchimento de tabelas de controle dos insumos aplicados, colheita, estoque, vendas e apresentação de plano de manejo é documentação necessária ao processo de certificação orgânica permitindo o monitoramento do sistema bem como o controle a rastreabilidade do produto. Para se adquirir a certificação internacional de café são necessários 3 anos de

manejo orgânico da lavoura, período que deve ser acompanhado pela certificadora orgânica (Grossman, 2003; Loureiro & Lotade, 2005; Kilian et al., 2006). As certificadoras atuantes no Brasil trabalham de acordo com os padrões internacionais de produção orgânica. Hoje existem três padrões de certificação orgânica internacional, o da União Européia baseado na lei 2092/91 da comunidade européia, o dos Estados Unidos, chamado NOP (National Organic Program) e controlado pelo USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) e o do Japão, JAS (Japanese Agricultural Standards) controlado pelo MAF (Ministério de Agricultura e Florestas do Japão). No Brasil, a Instrução Normativa nº007, de 17/5/1999, do Ministério da Agricultura, dispõe sobre as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade para a produção vegetal e animal orgânica. Há também a lei número 10.831 de 2003, mas o tema ainda apresenta uma série de indefinições e ainda não há um padrão de certificação orgânica nacional nem critérios estabelecidos para as certificadoras atuantes no país (IBD, 2007). A certificação orgânica cobra aspectos sociais e ambientais de seus projetos, sendo que o IBD (Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural), única certificadora brasileira com credenciamento internacional, trabalha “da lei federal para cima”. Esta certificadora exige o registro dos funcionários e verifica se os vencimentos destes estão pelo menos dentro da lei, bem como exige projeto de adequação ao código florestal brasileiro, acompanhando a recuperação das áreas de preservação permanentes e de reserva legal (ACOB, 2006).

A certificação FT é destinada a pequenos produtores de café organizados em associações ou cooperativas. A característica principal é garantir um preço mínimo ao produtor. Um preço que cubra seus custos de produção e propicie melhorias na sua qualidade de vida, não ficando o produtor sujeito as oscilações do mercado. Além disto, há um “prêmio” que deve ser destinado a um projeto social escolhido pelo grupo de produtores, bem como estímulo a contratos de longo prazo e ajuda na obtenção de crédito (Bacon, 2005; Loureiro & Lotade, 2005; Kilian et al., 2006; Ferran & Grunert, 2007). O café FT pode ser cultivado de forma convencional ou orgânica, mas quando convencional há uma lista de agroquímicos que não podem ser aplicados visando maior segurança sócio-ambiental. O preço mínimo a ser recebido pelo produtor é apresentado na tabela I e está no site da FLO. Vale dizer que este é o preço mínimo e preços acima disto podem ocorrer de acordo com a qualidade do produto, cotação de bolsa e leis de mercado.

Tabela I: Preços mínimos de Café Fair Trade em centavos de dólar US\$ por libra-peso F.O.B porto de origem:

Tipo de Café	Preço Mínimo de Comércio Justo				Prêmio de Comércio Justo	
	Convencional		Orgânico		Convencional e orgânico	
	Am. México, Ásia	Central, África e	América do Sul e Caribe	Am. México, Ásia	Central, África e América do Sul e Caribe	
Arábica lavado*	121	119	119	136	134	5
Arábica Não-Lavado	115	115	115	130	130	5
Robusta Lavado*	105	105	105	120	120	5
Robusta Não-Lavado	101	101	101	116	116	5

Fonte: FLO, 2007

*Café semi-lavado/cereja descascado é considerado café lavado

A certificação UK busca principalmente responder a duas perguntas: (a) De onde veio o café? (b) Como foi produzido este café? Portanto enfatiza a rastreabilidade do produto e o monitoramento dos insumos utilizados, através de registros detalhados de transporte, manuseio e aplicação de defensivos agrícolas bem como rígido controle sobre as condições de colheita, pós-colheita e documentação destes processos. A questão sócio-ambiental é considerada sendo que agroquímicos proibidos pela União Européia, Estados Unidos e Japão devem ser abolidos na produção de café certificado. A utilização de equipamentos de proteção individual para aplicação de agroquímicos é uma exigência. Os agroquímicos utilizados devem ser registrados para o uso na cafeicultura e ser aplicados de acordo com as instruções do rótulo. Estimula-se a adoção de manejo integrado de pragas bem como a utilização de defensivos não químicos alternativos. O produtor deve gerir a água visando mais eficiência na sua utilização visando menor gasto e menores perdas. Na área social é grande a preocupação com saúde e segurança do trabalhador bem como seus direitos, educação e assistência médica. Quanto ao meio ambiente e vida selvagem é proibido o desmatamento e há um estímulo ao aumento da biodiversidade na propriedade (Utz Kapeh, 2007).

A certificação RA visa critérios sócio-ambientais bastante rígidos. Embora permita a aplicação de agroquímicos, exige a redução do volume aplicado bem como a não utilização de produtos muito tóxicos. Além destas duas exigências, consideradas críticas, há outros critérios que devem ser plenamente cumpridos para obter a certificação. Alguns destes critérios são: rastreabilidade bem estabelecida, programa de conservação dos ecossistemas, proibido a caça de animais silvestres, proibido a descarga de águas residuais sem tratamento em corpos de água, não haver discriminação nas políticas trabalhistas (Gonçalves, 2007). O nome Rain Forest (“Floresta Tropical”) é dado aos cafezais e as fazendas que possuem áreas de florestas que são refúgios para a vida selvagem. Nos locais onde a vegetação natural é floresta deve-se estabelecer e manter sombra permanente nos cafezais, com pelo menos 70 árvores por hectare e um mínimo de 12 espécies por hectare. No Brasil o sombreamento das lavouras não é exigido. Para a conservação dos ecossistemas exige-se que 30% da área da propriedade seja destinada a manutenção da vegetação natural (Rain Forest Alliance, 2007).

O destino dos cafés certificados é certamente o mercado internacional. Fontes do setor concordam que cerca de 95,0% desse café é destinado à exportação. Apenas o café orgânico apresenta volume considerável no mercado interno (Pereira et al., 2006). Preços de cafés certificados no mercado internacional são superiores aos cafés commodities. Após o período de grave crise no setor (2000-2004) onde a *commodity* encontrava-se com preços muito baixos, a cotação da bolsa de Nova Iorque alcançou melhores patamares e tem se situado entre US\$ 0,95/lb e US\$ 1,35/lb no período de outubro de 2004 a março de 2007. Os prêmios para cafés orgânicos exportados mundialmente tem oscilado entre US\$ 0,20 a US\$ 1,0/lb, para cafés FT convencionais entre US\$ 0,30 a US\$ 0,40, para cafés orgânicos e FT entre US\$ 0,4 e US\$ 1,0, para cafés RA entre US\$ 0,10 a US\$ 0,40 e para cafés UK entre US\$ 0,05 e US\$ 0,15. Estas variações possuem influência da qualidade (bebida, defeitos, tamanho de grãos, etc...), país e região de origem, leis de oferta e procura bem como país de destino (Villalobos, 2004; ACOB, 2006; Kilian et al., 2006; Villalobos & Giovannucci, 2006). Em períodos de baixas cotações da *commodity* o café orgânico chegou a ser vendido por até 250%, podendo se dizer que a produção de café orgânico é vantajosa economicamente principalmente nos períodos de crise da *commodity* (Scaramuzzo, 2005). No caso do FT tende a ocorrer o mesmo que com o orgânico, uma vez que o preço mínimo passa a atuar como piso chegando a diferenciais altos de até 200%. Não se sabe ainda como se comportará os preços dos cafés RA e UK em períodos de crise, uma vez que estas certificações são recentes no Brasil. Entretanto é possível inferir que estas serão bastante significativas com baixos preços de café, quando mesmo um pequeno diferencial de preço ao produtor pode ser decisivo entre a permanência ou não no mercado.

A partir do exposto até aqui associado à tabela II abaixo, podemos concluir que cada certificação está mais direcionada a um perfil de produtor, estratificadas principalmente quanto ao tamanho da propriedade e volume de produção.

Tabela II: Tipos de Certificação, área total em ha, sacas de 60kg por cada certificação em 2006, números de projetos certificados (no caso de Fair Trade, cada projeto possui em média 40 propriedades) e produção média por propriedade em sacas de 60kg

Certificação	Área em ha	Sacas de 60kg safra 2006	Número de Projetos	Produção média/propriedade em sacas de 60kg
Orgânico ¹	6.000	50.000	100	600
Fair Trade ²	2.000	20.000	10 projetos = 400 propriedades	50
Rain Forest Alliance ³	9.703	300.000	12	25.000
Utz Kapeh ⁴	37.813	800.000*	91	8.790*

Fonte:

¹ Estimativa ao final da safra de 2006 fornecida pela ACOB (Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil)

² Estimativa ao final da safra de 2006 fornecida pela FLO (Fair Trade labelling Organizations)

³ Números oficiais fornecidos pela Utz Kapeh em janeiro de 2007. * Estimativa baseado na área total

⁴ Números oficiais fornecidos pelo Ima Flora (certificadora Rain Forest Alliance no Brasil) em novembro de 2006 referente ao final de 2005.

Conclusões preliminares

A certificação orgânica atinge principalmente pequenos e médios produtores preocupados com preservação ambiental e também diferenciação de seu produto. A certificação FT atinge este mesmo perfil só que de micro e pequenos produtores organizados em associações e/ou cooperativas. Já a certificação RA até o momento aparece como uma alternativa a grandes produtores, com ótima infra-estrutura e alta produtividade. Estes produtores geralmente possuem acesso ao mercado internacional e talvez tenham entrado na certificação por constatarem o ágio e a pouca oferta do café nacional neste mercado. Além disso, têm como diferencial as grandes áreas de preservação de matas em suas propriedades.

A certificação UK atinge médios e grandes produtores que possuem boa organização e visão de mercado, visando agregar valor sem alterações consideráveis no seu manejo, mas sim através do reconhecimento de sua organização interna e suas boas práticas de produção.

É possível recomendar a certificação orgânica a pequenas, médias e grandes propriedades que tenham potencial de qualidade de grãos, estejam localizadas em regiões de baixa pressão de pragas e doenças e de boa fertilidade natural do solo. Estes são alguns fatores técnicos que permitirão o sucesso do projeto, além da ideologia ecológica do produtor.

Quanto à certificação FT, esta é uma ótima opção para micro, pequenos e até médios produtores que tenham média (FT convencional) ou grande preocupação ambiental (FT orgânico) e que estejam organizados em associações ou cooperativas. Vale dizer que cada vez mais o mercado demanda o café FT associado a certificação orgânica e que o ágio obtido pela dupla certificação é superior, enquanto o café FT convencional, em alguns casos, pode ter dificuldades de mercado (COOPFAM, 2007).

O grande atrativo para o mercado de café orgânico e de café FT é o alto ágio recebido principalmente nos períodos de crise, o que resulta em preços médios menos voláteis, permitindo maior estabilidade ao produtor.

As certificações RA e UK são recomendadas a médios e grandes produtores que possuam ou que visem ótima organização documental, política de recursos humanos bem estabelecida, ótimas condições sociais nas propriedades e boas práticas de produção. A certificação RA deve ser destinada a produtores que possuam áreas grandes de preservação vegetal e também condições de reduzir constantemente a quantidade e a periculosidade dos agroquímicos utilizados. O maior ágio pago a cafés certificados RA frente ao UK provavelmente é consequência desta maior exigência ambiental bem como da menor oferta de cafés brasileiros certificados RA. Com o aumento da produção de cafés RA espera-se que o ágio diminua.

A certificação de café no Brasil, em geral, tem contribuído muito na organização interna das propriedades bem como apresentado consideráveis melhorias sócio ambientais. A capacitação dos funcionários, melhoria do sistema gerencial e da qualidade de vida dos funcionários, redução na utilização de agroquímicos, aumento da biodiversidade e da eficiência do uso da água são alguns dos resultados mais significativos atingidos.

Referências Bibliográficas

Agência de notícias Brasil-Árabe – ANBA. A década mágica do café. **Agronegócios**. <http://www.anba.com.br/especial.php?id=334>

Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil – ACOB. Comunicação Pessoal por Cristiano Ottoni, Diretor Superintendente da Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil, outubro 2006.

Bacon, C. Confronting the coffee crisis: can fair trade, organic, and specialty coffees reduce small-scale farmer vulnerability in northern Nicaragua? **World Development**, v.33, p. 497-511, 2005.

Companhia Nacional de Abastecimento / Ministério da Agricultura. **Safra Café**. http://www.conab.gov.br/politica_agricola/SafraCafe/SafraCafe.pdf CONAB, 2006 (10 fev. 2007).

Conselho Internacional do Café - CIO. Análise agroeconômica do café cultivado organicamente ou café “orgânico”. Londres: Junta Executiva, 1997. 19p. (Apostila).

Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo – COOPFAM. Comunicação Pessoal por Luiz Adauto de Oliveira, Presidente da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo , agosto 2006.

Cunha, L.F. Lavoura gourmet. **Globo Rural. Café**, v.244, p.54-58, 2006.

Fair Trade Labelling Organizations – FLO. <http://www.fairtrade.net/>, 2007 (05 mar. 2007).

Ferran, F.; Grunert, K.G. French fair trade coffee buyers purchasing motives: An exploratory study using means-end chains analysis. **Food Quality and Preference**, v.18, p.218-229, 2007.

Gonçalves, E.T. A Certificação Socioambiental no Brasil e os cafés com o selo Rainforest Alliance. **Café Point. Certificação e Qualidade**. <http://www.cafepoint.com.br/?actA=7&areaID=32&secaoID=88>, 2006 (15 jan. 2007).

Grosman, J.M. Exploring farmer knowledge of soil process in organic coffee systems of Chiapas, Mexico. **Geoderma**, v.111, p.267-287, 2003.

Harada, D.Y. Selo único ou biodiversidade na certificação. In: Congresso Brasileiro de Horticultura Orgânica, Natural, Ecológica e Biodinâmica, 1., Piracicaba, 2001. **Resumos**. Piracicaba, 2001.

Illy, E. Universidade Illy do Café. **Notícias**. <http://www.unilly.com.br/site/noticias.exibir.do?idNoticia=167>, 2005 (25 jun 2006).

Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural – IBD. <http://www.ibd.com.br>, 2007 (06 mar. 2007)

Kilian, B.; Jones, C.; Pratt, L.; Villalobos, A. Is sustainable agriculture a viable strategy to improve farm income in Central America? A case study on coffee. **Journal of Business Research**, v.59, p.322-330, 2006.

Loureiro, L.M.; Lotade, J. Do fair trade and eco-labels in coffee wake up the consumer conscience? **Ecological Economics**, v.53, p.129-138, 2005.

Organização Internacional do Café – OIC. **Statistics**. <http://www.ico.org/asp/display2.asp>, 2006 (10 jan. 2007).

Pereira, S.P.; Bliska, F.M.M.; Rocha, A.B.O. Situação atual da certificação de café no Brasil. **Café Point. Certificação e Qualidade**. <http://www.cafepoint.com.br/?actA=7&areaID=32&secaoID=88>, 2006 (15 jan. 2007).

Rain Forest Alliance. **Certification and Services**. http://www.rainforest-alliance.org/programs/agriculture/certified-crops/standards_2005.html

Ricci, M.S.F, Neves, M.C.P. **Cultivo do Café Orgânico**. Seropédica-RJ: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2004. 95p.

Saes, M.S.M. Evitando a queda da rentabilidade na produção agrícola: basta diferenciar? Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD, Curitiba, 2004.

Saes, M.S.M.; Miranda, B.V. Fair Trade: conquistas e dilemas. **Café Point. Conjuntura de Mercado**. <http://www.cafepoint.com.br/?actA=7&areaID=26&secaoID=64>, 2007 (10 mar. 2007).

Scaramuzzo, M. Alta do preço do café convencional afeta o avanço do orgânico. **Valor Econômico. Agronegócios**, São Paulo, 01 Ago. 2005.

Utz kapeh. <http://www.utzcertified.org/index.php>, 2007 (09 mar. 2007).

Villalobos, A. Sustainable coffee, the market in Europe and in USA. **Sustainable Markets Inteligence Center (CIMS). Market Profile**, Alajuela, Costa Rica, Novembro 2004.

Villalobos, A.; Giovannucci, D. Acelerado crecimiento del café orgânico em EE.UU. +**Kfe Revista del Café Diferenciado**, v.3, p.9, 2006.